

Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados,

Apresentamos o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras da Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

NOSSO DESEMPENHO

Receitas operacionais

As receitas com operações de crédito, com títulos e valores mobiliários, com prestação de serviços e outras receitas operacionais totalizaram em 2022 R\$ 3.096,3 milhões, com aumento de R\$ 815,8 milhões ou 35,8% em relação ao ano anterior.

Lucro líquido e por ação

O lucro líquido totalizou em 2022 R\$ 56,0 milhões, registrando redução de R\$ 173 milhões ou 75,5% em relação ao ano anterior. O lucro por ação foi de R\$ 3,36 em 2022 e R\$ 15,05 em 2021.

RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL

As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que colaboradores e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca ser cada vez mais um Porto Seguro para todos os seus públicos. A descrição completa dos projetos socioambientais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A. e Relatório de Sustentabilidade, divulgados no site da Companhia (<http://ri.portoseguro.com.br>).

AMBIENTE ECONÔMICO

O ano de 2022 terminou com um ambiente internacional ainda repleto de incertezas. E esse quadro que não deve mostrar grandes alterações no início de 2023. Os bancos centrais dos EUA e da Zona do Euro seguem mantendo uma postura firme de combate à inflação. Ainda que as expectativas apontem para uma desaceleração econômica nos dois lados do Atlântico ao longo dos próximos meses, a resiliência do mercado de trabalho nas duas economias deve evitar uma queda mais brusca da atividade. Por outro lado, os baixos níveis de desemprego devem limitar uma redução mais forte da inflação, adiando qualquer reversão dos ciclos atuais de aperto monetário promovidos pelo FED e pelo BCE.

No caso de alguns países emergentes, contudo, esse momento pode estar mais próximo. Como vários desses países iniciaram o processo de alta de suas taxas básicas de juros antes dos EUA e da Europa, o cenário de desinflação nessas economias é mais claro. Mesmo diante dessa perspectiva, porém, o ambiente internacional seguirá desafiador durante boa parte de 2023.

Primeiro, porque a continuidade da guerra na Ucrânia, para além do enorme ônus humanitário, segue como ameaça ao suprimento global de diversas commodities, sejam elas agrícolas ou no setor de energia.

A magnitude e a velocidade do crescimento de novos casos diários, por sua vez, podem aumentar o risco de surgimento de novas variantes da doença, além de um número relevante de mortes num país cuja população ultrapassa 1,4 bilhão de habitantes. Domesticamente, 2022 registrou um crescimento econômico mais forte que o esperado, fruto de uma expressiva melhora do mercado de trabalho, ainda que parte considerável das novas vagas criadas tenha se concentrado no segmento informal da economia.

O crescimento da massa de rendimentos do trabalho e a manutenção de um fluxo de transferências públicas para parcela relevante da população sustentaram o consumo, notadamente de serviços, que também se beneficiaram em 2022 da normalização de sua demanda depois de quase dois anos de pandemia.

Essa resiliência do consumo das famílias, porém, limitou o movimento de desinflação, que se concentrou no segmento de preços administrados. Esta queda, por sua vez, ocorreu diante da reversão da expressiva elevação dos preços dos derivados de petróleo no início do ano, na esteira da guerra na Ucrânia, assim como em função da expressiva desoneração tributária sobre os preços dos combustíveis e energia elétrica. As perspectivas para a atividade econômica doméstica são de uma desaceleração do ritmo de crescimento observado no ano anterior, seja em razão dos efeitos defasados do aperto monetário empreendido pelo Copom desde o início de 2021, seja como resultado da esperada desaceleração da economia global. A despeito desse cenário, o espaço para redução da taxa Selic dependerá em grande medida das ações que o novo governo, recém empossado, adotar para o conjunto geral da política econômica e no campo da política fiscal em particular.

AGRADECIMENTOS

Registramos nossos agradecimentos aos corretores e clientes pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes do Banco Central do Brasil (BACEN).

São Paulo, 22 de fevereiro de 2023

A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021	Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Circulante		13.188.537	11.762.258	Circulante		11.254.857	10.313.358
Disponibilidades		180.126	226.249	Depósitos	12	51.410	952.089
Caixa e equivalentes de caixa	5	180.126	226.249	Depósitos interfinanceiros		–	568.632
Instrumentos financeiros		33.204	201.079	Depósitos a prazo		51.410	383.457
Cotas de fundos de investimento - renda fixa	6	33.204	201.079	Recursos de aceites e emissão de títulos	12	993.608	482.855
Operações de crédito		2.898.129	2.327.106	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		993.608	482.855
Setor privado	7	3.953.635	2.921.728	Relações Interfinanceiras		7.660.493	6.862.157
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(1.055.506)	(594.622)	Transações de pagamento	13	7.660.493	6.862.157
Outros créditos		9.988.490	8.976.990	Outras obrigações		2.549.346	2.016.257
Valores a receber relativos a transação de pagamento	7	9.878.212	8.792.944	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		2.034	5.615
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(68.056)	(71.331)	Sociais e estatutárias	14.1	6.874	8.447
Diversos	8	178.334	255.377	Fiscais e previdenciárias	14.2	58.546	120.221
Outros valores e bens		88.588	30.834	Provisão para pagamentos a efetuar	14.3	101.560	56.886
Outros valores e bens		93.551	35.803	Diversas	14.5	2.380.332	1.825.088
Provisão para outros valores e bens		(4.963)	(4.969)	Não circulante		2.727.416	1.961.496
Não circulante		1.969.577	1.689.886	Recursos de aceites e emissão de títulos	12	2.678.782	1.918.842
Operações de crédito		1.167.741	1.142.829	Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, de crédito e similares		2.678.782	1.918.842
Setor privado	7	1.252.254	1.209.171	Provisões para impostos e contribuições diferidas		157	157
Provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa		(84.513)	(66.342)	Outras obrigações		48.477	42.497
Outros créditos		598.287	374.751	Provisões judiciais	14.4	47.293	41.567
Ativos fiscais diferidos	9	555.625	336.372	Diversas	14.5	1.184	930
Diversos	8	42.662	38.379	Patrimônio líquido		1.175.841	1.177.290
Investimento em entidade controlada em conjunto	10	105.388	162.432	Capital social	15 a	654.117	550.000
Intangível	11	98.161	9.874	Outros resultados abrangentes		(67)	(18)
Software		124.607	22.758	Reservas de lucros		521.791	627.308
(-) Amortizações		(26.446)	(12.884)	Total do passivo e patrimônio líquido		15.158.114	13.452.144
Total do ativo		15.158.114	13.452.144				

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de Lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		550.000	69.026	410.707	–	1.029.706
Pagamento dividendos - exercícios anteriores (R\$ 1,31 por ação)		–	–	(20.000)	–	(20.000)
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	346	–	346
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	9	9
Lucro líquido do exercício		–	–	–	228.951	228.951
Destinações:						
Reserva legal	14 b	–	11.448	–	–	(11.448)
Reserva estatutária	14 b	–	–	155.781	–	(155.781)
Dividendos mínimos - JCP (R\$ 2,83 por ação)	14 c	–	–	–	–	(47.208)
Dividendos intermediários (R\$ 0,36 por ação)	14 c	–	–	–	–	(14.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		550.000	80.474	546.488	346	1.177.290
Saldos em 30 de junho de 2021		550.000	69.026	390.707	159	1.134.688
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	187	187
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	9	9
Lucro líquido do semestre		–	–	–	104.128	104.128
Destinações:						
Reserva legal	14 b	–	11.448	–	–	(11.448)
Reserva estatutária	14 b	–	–	155.781	–	(155.781)
Dividendos mínimos - JCP (R\$ 3,10 por ação)	14 c	–	–	–	–	(47.208)
Dividendos intermediários (R\$ 0,95 por ação)	14 c	–	–	–	–	(14.514)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		550.000	80.474	546.488	346	1.177.290
Pagamento dividendos - exercícios anteriores (R\$ 1,31 por ação)		–	–	(40.000)	–	(40.000)
Aumento de capital conforme AGE de 30 de agosto de 2022		41.897	–	–	–	41.897
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de outubro de 2022		62.220	–	–	–	62.220
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	3.848	3.848
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(49)	(49)
Lucro líquido do exercício		–	–	–	56.069	56.069
Destinações:						
Reserva legal	14 b	–	2.803	–	–	(2.803)
Reserva estatutária	14 b	–	–	3.266	–	(3.266)
Dividendos mínimos - JCP (R\$ 4,52 por ação)	14 c	–	–	(75.434)	–	(75.434)
Dividendos intermediários (R\$ 3,00 por ação)	14 c	–	–	–	–	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		654.117	83.277	434.320	4.194	1.175.841
Saldos em 30 de junho de 2022		550.000	80.474	506.488	778	1.147.353
Aumento de capital conforme AGE de 30 de agosto de 2022		41.897	–	–	–	41.897
Aumento de capital conforme AGOE de 31 de outubro de 2022		62.220	–	–	–	62.220
Reconhecimento pagamento em ações		–	–	–	3.416	3.416
Outros ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	(49)	(49)
Lucro líquido do semestre		–	–	–	46.438	46.438
Destinações:						
Reserva legal	14 b	–	2.803	–	–	(2.803)
Reserva estatutária	14 b	–	–	3.266	–	(3.266)
Dividendos mínimos - JCP (R\$ 4,52 por ação)	14 c	–	–	(75.434)	–	(75.434)
Dividendos intermediários (R\$ 3,00 por ação)	14 c	–	–	–	–	(50.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		654.117	83.277	434.320	4.194	1.175.841

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Lucro líquido do período	46.438	56.069	104.128	228.951
Outros resultados abrangentes	(49)	(49)	9	9
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do período				
Outros ajustes de avaliação patrimonial	(82)	(82)	15	15
Efeitos tributários	33	33	(6)	(6)
Total dos resultados abrangentes para o período, líquido de efeitos tributários	46.389	56.020	104.137	228.960

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Receitas da intermediação financeira		1.068.931	2.014.936	762.040	1.380.900
Operações de crédito	16	1.040.284	1.954.931	748.287	1.360.027
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		28.647	60.005	13.753	20.873
Despesas da intermediação financeira		(480.348)	(1.246.246)	(493.433)	(784.103)
Operações de captação no mercado		(254.297)	(453.933)	(118.711)	(162.272)
Provisões para créditos de liquidação duvidosa		(226.051)	(792.313)	(374.722)	(621.831)
Resultado bruto da intermediação financeira		588.583	768.690	268.607	596.797
Outras receitas/ (despesas) operacionais		(587.442)	(739.232)	(106.414)	(224.851)
Receita de prestação de serviços	17	545.744	1.017.306	443.080	840.852
Despesas com pessoal		(38.290)	(67.297)	(24.578)	(43.766)
Outras despesas administrativas	18	(344.851)	(647.252)	(279.832)	(560.907)
Despesas tributárias		(81.595)	(154.369)	(67.601)	(124.726)
Outras receitas operacionais	19	49.108	64.122	42.758	58.745
Outras despesas operacionais	20	(717.558)	(951.742)	(220.241)	(395.049)
Resultado antes dos impostos e participações nos lucros		1.141	29.458	162.193	371.946
Imposto de renda		(36.162)	(110.997)	(67.042)	(126.414)
Contribuição social		(25.631)	(70.706)	(56.913)	(92.475)
Ativo fiscal diferido		9.2	219.218	71.392	87.424
Participações nos lucros		(5.620)	(10.904)	(5.502)	(11.530)
Lucro líquido do período		46.438	56.069	104.128	228.951
Quantidade de ações (mil)		22	16.676	15.217	15.217
Lucro líquido básico e diluído por ação (R\$)		2.147	3.362	6.842	15.047

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de reais)

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do semestre/ exercício	46.438	56.069	104.128	228.951
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	226.051	792.313	374.722	621

Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216–012 – São Paulo – SP



★ continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Portoseg e nos últimos anos, foram feitos investimentos e parcerias em sistemas e processos de tecnologia da informação. O funcionamento adequado do controle financeiro, gestão de risco, contabilidade, serviço ao cliente e outros sistemas de processamento de dados da Instituição é essencial para as suas atividades. A Instituição possui a seguinte participação na entidade controlada em conjunto:

Classificação	Consolidação	Participação direta (%)	
		Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Entidade controlada em conjunto	Por equivalência patrimonial	50,00	50,00
ConectCar			

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 31 de dezembro de 2022 alterações nas políticas contábeis relevantes.

2.1. BASE DE PREPARAÇÃO

A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros; (ii) da provisão e contingência para risco de créditos ("impairment"); (iii) da realização dos impostos diferidos; e (iv) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas, principalmente na provisão para riscos de créditos, poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Instituição revisa essas estimativas e premissas periodicamente. As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios da Instituição em curso normal.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Instituição. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 23 de fevereiro de 2023.

2.1.1 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Instituição foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, com base nas normas expedidas por ele e pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Resolução CNSP nº 4.280/13 e Circular BACEN nº 3.701/14 e alterações posteriores - segundo critérios estabelecidos pelo Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF), e de acordo também com determinadas práticas contábeis expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo BACEN (no que não contrariem outras normas vigentes).

2.2. CONTROLE E CONSOLIDAÇÃO

2.2.1. CONTROLADA EM CONJUNTO

Controladas em conjunto são todas as entidades sobre as quais a Instituição tem controle compartilhado com uma ou mais partes. Os investimentos em acordos em conjunto são classificados como entidades controladas em conjunto ("joint ventures") dependendo dos direitos e das obrigações contratuais de cada investidor.

2.3. MOEDA FUNCIONAL E MOEDA DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da Instituição são apresentadas em milhares de reais (R\$), que é sua moeda funcional e de apresentação. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Instituição opera. A Instituição possui participação de 50% na entidade controlada em conjunto da Conectcar, por meio do método de equivalência patrimonial.

2.4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

2.5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

2.5.1. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS

São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento são manter negociações ativas e frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado de operações com títulos e valores mobiliários" no período em que ocorrem. As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Para estes ativos financeiros que são mensurados pelo valor justo, é requerida a divulgação das mensurações de acordo com os seguintes níveis hierárquicos de valor justo:

- Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos.
- Nível 2: metodológico quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto.
- Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Instituição utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. Não houve alteração nas classificações dos níveis no período de 31 de dezembro de 2022.

2.6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS À TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

Incluem-se nesta categoria os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável) e são avaliados por "impairment" (recuperação) a cada data de balanço. As operações de crédito (exclusivamente crédito direto ao consumidor - CDC) e outros créditos com característica de concessão de crédito são classificados nos níveis de risco, observando: (i) os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, que requer a sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "H" o risco máximo, segundo os períodos de atraso; (ii) a avaliação da Administração, realizada periodicamente, quanto ao nível de risco e considera a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos e globais em relação às operações, aos devedores e garantidores (vide nota explicativa nº 7).

2.7. ATIVO INTANGÍVEL

Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos.

2.8. PASSIVOS FINANCEIROS

Os passivos de empréstimos e financiamentos, provenientes das operações de captação de recursos, valores a pagar das operações de cartão de crédito, são reconhecidos inicialmente ao valor justo, líquido de custos de transações incrementais diretamente atribuíveis à origem do passivo. Esses passivos são avaliados subsequentemente: (i) ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, que leva em consideração os custos de transação, e os juros são apropriados até o vencimento dos contratos; ou (ii) designados ao valor justo por meio do resultado. Para empréstimos pós-fixados, a taxa efetiva de juros é reestimada periodicamente, quando o efeito de reavaliação da taxa efetiva de juros dos contratos é significativo.

2.9. PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS

As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As obrigações são mensuradas pela melhor estimativa da Instituição e as constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Instituição, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. São atualizadas monetariamente mensalmente por diversos índices, de acordo com a natureza da provisão, e são revistas periodicamente.

Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante (vide nota explicativa nº 8).

2.10. RECONHECIMENTO DE RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As operações de crédito (operações com características de concessão de crédito) são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados, sendo utilizado "accrual" até o 60º dia de atraso; após o 60º dia, o reconhecimento no resultado ocorre quando do efetivo recebimento das prestações.

2.11. PROGRAMAS DE FIDELIDADE

A Instituição emite cartões de crédito que possuem programas de benefícios aos seus clientes. Esses programas incluem bonificação com base em milhagens ou outros parâmetros de fidelidade, nos quais se estima e contabiliza as obrigações relativas ao custo das bonificações futuras com base no valor justo desses benefícios e considera diversas premissas para a valorização desse componente. Essas premissas incluem comportamento de utilização dos benefícios, tipo de benefício e estimativa de expiração dos benefícios pela não utilização por parte do cliente.

2.12. DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS E JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO

A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social da Instituição. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente.

2.13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do período, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido.

Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R\$ 240 anuais (R\$ 120 semestrais). A provisão para contribuição social para as sociedades financeiras é constituída à alíquota de 16% conforme NE 22.2.

Os impostos e tributos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

2.1.4 NORMAS EM VIGOR EM PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO

Estão sendo implementadas as diretrizes emanadas pela Resolução CMN nº 4.966/2021 de 25 de novembro de 2021, que dispõe e que regulamenta os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, principalmente ao provisionamento de risco de crédito por parte das instituições financeiras. As entidades devem divulgar nas notas explicativas às demonstrações financeiras do exercício de 2024 os impactos estimados da implementação da regulação contábil estabelecida por esta Resolução sobre o seu resultado e sua posição financeira.

3. GESTÃO DE RISCOS

Em razão do grande número de negócios em que atua, a Porto está naturalmente exposta a uma série de riscos inerentes às suas atividades. Por esta razão, a necessidade de proteger suas operações e seus resultados financeiros, garantindo sua sustentabilidade econômica e a geração de valor compartilhado, é altamente estratégica para a Porto.

Ao definir os riscos como quaisquer efeitos de incerteza nos seus objetivos, a Porto adota um processo formal de gerenciamento, que busca minimizar seus possíveis efeitos negativos e também maximizar as oportunidades por eles proporcionadas. A fim de desenvolver um modelo eficaz de gestão destes riscos, de forma alinhada às melhores práticas do mercado, a Companhia dispõe de uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades. É por meio deles que a administração tem os meios necessários para identificar, avaliar, tratar e controlar os riscos.

A abordagem da Porto para se defender de potenciais riscos é composta por três níveis de defesa (1ª linha de defesa - Unidades operacionais, 2ª linha de defesa - Funções de controle, 3ª linha de defesa - Auditoria interna), que determinam quais são os procedimentos e controles adequados a cada situação. Adicionalmente, dado os requerimentos regulatórios e melhores práticas de Governança no que tange à gestão de riscos, o Grupo possui o Comitê de Risco Integrado, o qual tem como objetivo aprovar e monitorar o Apetite ao Risco do Grupo, propor planos de ação e diretrizes e avaliar o cumprimento das normas de gestão de risco. Em observância às regras do BACEN, a Instituição divulga o Relatório de gerenciamento de riscos e capital, denominado Relatório de Pilar 3, o qual descreve de maneira completa a estrutura de gerenciamento de riscos e a estrutura de gerenciamento de capital, assim como informações quantitativas. Este relatório estará disponível no site da Porto Seguro (<http://ri.portoseguro.com.br>), na seção Conglomerado Prudencial até o final do mês de março de 2023.

A gestão de riscos financeiros e operacionais compreendem as seguintes categorias:

3.1. RISCO DE CRÉDITO

Corresponde à possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados nas operações de crédito, os quais incluem: empréstimos pessoais, como consignado e capital de giro; financiamentos por meio de crédito direto ao consumidor (CDC), para pessoas físicas e jurídicas; e cartão de crédito. O gerenciamento deste risco conta com mecanismos e processos de monitoramento contínuo da carteira de crédito. Entre os indicadores de monitoramento destacam-se: inadimplência por dias de atraso por safra de concessão e da carteira ativa; provisão para perda de crédito; índice de recuperação das operações em atraso; e concentração das operações e despesa de crédito em relação às receitas. Neste contexto, todas as operações que expõe o Conglomerado ao risco de crédito são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria. Tais processos e controles estão em linha com as diretrizes da Resolução CMN nº 4.557/2017.

3.2. RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez é definido como sendo a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente às obrigações futuras.

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.557/2017, o Conglomerado possui uma série de controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são:

- Limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo e de ativos de alta liquidez;
- Simulações de testes de "stress";
- Medidas potenciais para contingenciamento.

Os limites de gestão do risco de liquidez, definidos em política específica, são monitorados diariamente e reportados à Diretoria, incluindo a avaliação dos descasamentos das operações ativas e passivas. Neste contexto, estão definidas medidas de contingência de liquidez para eventuais casos simulados de "stress" e de cenários adversos de liquidez.

3.3. RISCO DE MERCADO

O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas pela Instituição, bem como de sua margem financeira, incluindo os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e dos preços de mercadorias ("commodities").

Todas as operações que expõem o Conglomerado ao risco de mercado são mapeadas, classificadas, mensuradas e reportadas de maneira periódica à Diretoria em linha com a Resolução CMN nº 4.557/2017. Neste sentido, as operações são segregadas em Carteira de Negociação e Carteira Bancária, conforme definição da Resolução nº 111/2021 do BACEN.

A carteira de negociação é composta por operações realizadas com o objetivo de negociação (compra/revenda), assumidas para obtenção de ganhos com variações nos movimentos de preço ou destinadas à hedge de outros ativos livres da carteira de negociação. Por sua vez, a carteira bancária inclui as operações não classificadas na carteira de negociação ou com o objetivo de cobrir riscos ("hedge") das operações de não-negociação, inclusive derivativos.

3.4. RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é definido como sendo a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. O risco legal também está contido no risco operacional e está associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas.

O monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executado de forma corporativa e centralizado, contando com um processo formal usado para identificar os riscos e as oportunidades, possibilitando assim estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer um método para tratar esses impactos.

Isto inclui a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre o Conglomerado, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

3.5. RISCO SOCIOAMBIENTAL E CLIMÁTICO

Os riscos sociais, ambientais e climáticos correspondem à possibilidade de ocorrência de perdas para a Porto devido à fatores de origem social, ambiental ou climática relacionados aos negócios da Porto e suas controladas. Adicionalmente, consideram-se também as perdas que a Porto pode ocasionar junto a terceiros também devido aos fatores acima mencionados.

Em linha com os requerimentos regulatórios implementados pelo Banco Central do Brasil e SUSEP, a Porto Seguro desenvolveu em 2022 a política corporativa de Risco Socioambiental e Climático, a qual estabelece os princípios, diretrizes, responsabilidades, bem como mecanismos de avaliação e controle no que se refere à Gestão dos Riscos Sociais, Ambientais e Climáticos (GRSAC).

Neste sentido, estabeleceu-se de forma corporativa a identificação, a avaliação, o tratamento, a mitigação e o monitoramento dos riscos sociais resultantes de impactos no bem-estar das pessoas, os riscos ambientais relativos à possibilidade de efeitos nocivos causados pela companhia e os riscos climáticos que devido a eventos e mudanças climáticas podem gerar um impacto no ecossistema e na sociedade. Para o gerenciamento desses riscos, é avaliada a exposição de cada produto ou negócio, além, da construção de indicadores para monitoramento contínuo.

4. GESTÃO DE CAPITAL

O gerenciamento de capital é realizado por meio de um modelo consolidado, com o objetivo primário de atender aos requerimentos de capital mínimo regulatório, segundo os critérios de exigibilidade de capital emitidos pelo BACEN.

A estratégia de gerenciamento de capital é continuar a maximizar o valor do capital da Instituição por meio da otimização do nível de adequabilidade e da diversificação das fontes de capital disponíveis. As decisões sobre a alocação dos recursos de capital são conduzidas como parte da revisão periódica do planejamento estratégico incluindo o fórum mensal denominado Comitê de Capital e Liquidez.

Neste contexto, as diretrizes e objetivos do gerenciamento de capital englobam a sua alocação de maneira eficiente, gerando valor ao negócio e ao acionista, enquanto se garante o alinhamento com os objetivos estratégicos do Conglomerado, de expansão e mudança de risco dos negócios assim como manutenção da viabilidade econômica das empresas em situações adversas (econômica, regulamentar/legal e mercado), por meio da adoção de uma postura prospectiva.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, capital mínimo exigido e o índice de Basileia apurados de acordo com as normas do BACEN.

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Capital regulamentar		
Nível I	1.312.668	1.328.447
Capital principal	1.312.668	1.328.447
Nível II	632.595	262.745
Dívidas subordinadas elegíveis a capital	632.595	262.745
Patrimônio de referência = nível I + nível II (A)	1.945.262	1.591.192
Exigibilidades ponderadas pelo risco:		
De crédito	14.370.829	13.009.277
De mercado	72.785	12.332
Operacional	856.315	672.232
Ativos ponderados pelo risco (B)	15.299.929	13.693.841
Patrimônio de referência mínimo requerido (C)	1.606.493	1.369.384
Suficiência em relação ao patrimônio de referência mínimo requerido (A - C)	338.770	221.808
Índice de capital (A/B)	12,71%	11,62%

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Caixa	179.990	200.950
Equivalentes de caixa (*)	136	25.299
	180.126	226.249

(*) Composto por operações compromissadas com vencimento em 1 dia, lastreadas principalmente, em Notas do Tesouro Nacional (NTNs).

6. COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTOS (*)

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021		
Títulos para negociação .	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Total
Fundos exclusivos				
LFTs	8.836	24.368	33.204	137.092
DI	-	-	-	63.987
	8.836	24.368	33.204	201.079

(*) A receita com títulos e valores mobiliários é reconhecida na demonstração do resultado do período na rubrica "Resultado com operações com títulos e valores mobiliários".

As cotas de fundos de investimentos avaliadas ao valor justo são classificadas substancialmente como "Nível 1" na hierarquia de valor justo.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS CRÉDITOS - VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÃO DE PAGAMENTOS

(a) POR TIPO DE OPERAÇÃO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Operações de crédito		
Cartão de crédito (i)	2.460.567	1.581.377
Financiamentos	1.907.728	2.098.452
Empréstimos	837.594	451.070
	5.205.889	4.130.899
Títulos e créditos a receber (ii)	9.878.212	8.792.944
	15.084.101	12.923.843
Circulante	13.831.847	11.714.672
Não circulante	1.252.254	1.209.171

(i) Referem-se a valores a receber das operações de cartões de crédito vencidas ou parceladas, com os juros e rotativos.

(ii) Referem-se a valores a receber dos associados de cartões de crédito faturados a vencer ou não faturados. Esses valores estão classificados com características de concessão de crédito e têm como contrapartida contas a pagar junto aos adquirentes (vide nota explicativa nº 12).

(b) POR SETOR DE ATIVIDADE

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Setor privado		
Pessoas físicas	14.525.973	12.493.967
Comércio	21.689	13.467
Intermediadores financeiros	13.629	11.656
Indústria	1.015	600
Outros serviços (*)	521.795	404.153
	15.084.101	12.923.843

(*) Referem-se, principalmente, aos créditos a corretores de seguros e prestadores de serviços do grupo Porto Seguro.

continua —★



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>

Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 - Torre B - 4º andar - Campos Elíseos - CEP: 01216-012 - São Paulo - SP



★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) POR FAIXA DE VENCIMENTO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
A vencer		
Até 90 dias.....	10.261.193	9.150.240
De 91 a 360 dias.....	1.016.836	892.595
Acima de 360 dias.....	1.252.253	1.209.171
Vencidos		
Até 14 dias.....	794.946	628.170
Acima de 14 dias.....	1.758.873	1.043.667
Total	15.084.101	12.923.843

(e) POR NÍVEL DE RISCO

Nível de risco	Provisão mínima requerida (%)	Cartão de crédito e títulos e créditos	Financiamento
AA.....	—	—	310.903
A.....	0,5	10.056.629	1.193.105
B.....	1	154.371	98.366
C.....	3	604.184	103.523
D.....	10	330.268	50.227
E.....	30	214.511	32.049
F.....	50	172.367	23.346
G.....	70	123.057	18.679
H.....	100	683.392	77.530
Total		12.338.779	1.907.728

Provisão sobre o total da carteira

(*) A Instituição mensura a provisão para operações de créditos de liquidação duvidosa por meio dos critérios e regras estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional. Adicionalmente aos requerimentos da regulamentação vigente, a Instituição processa mensalmente o modelo interno de provisionamento de risco baseado em várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis de inadimplência e garantias das carteiras, política de renegociação, cenário atual e expectativas futuras, riscos específicos das carteiras e avaliação de risco, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração de determinada operação de crédito. O resultado obtido deste modelo é comparado ao resultado observado por meio da metodologia baseada na Resolução nº 2.682/99, permanecendo o saldo de provisão mais conservador. Em suma, o valor obtido por meio do modelo interno é utilizado exclusivamente de modo incremental ao saldo inicial de provisão.

(f) MOVIMENTAÇÃO DA PROVISÃO PARA OPERAÇÕES DE CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Saldo inicial.....	732.295	546.121
Constituição de provisão.....	1.217.876	622.133
Reversões e baixas para prejuízo - líquidas de recuperações.....	(742.096)	(435.959)
Saldo final	1.208.075	732.295

(g) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Montante de créditos renegociados.....	713.994	353.806
Montante de créditos recuperados.....	219.109	141.669
Montante de créditos baixados como prejuízo.....	(961.207)	(577.628)

8. OUTROS CRÉDITOS - DIVERSOS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Depósitos judiciais.....	40.863	36.823
Cartão de crédito (i).....	154.289	232.185
Adiantamento a fornecedores e funcionários.....	13.295	13.526
Outros.....	11.919	11.222
Total	220.996	293.756
Circulante.....	178.334	255.377
Não circulante.....	42.662	38.379

(i) A redução refere-se ao recebimento de incentivos ao crescimento do negócio cartão de crédito, a fim de promover investimentos em tecnologia e marketing, feitos pelas Bandeiras.

9. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

	Dezembro de 2021	Constituição	Reversão	Dezembro de 2022
Diferença temporária decorrente de:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa.....	290.608	202.773	—	493.381
Provisão para programa fidelidade.....	36.492	8.387	(1.645)	43.234
Provisão para processos judiciais.....	5.757	2.108	(234)	7.631
Outras provisões.....	3.515	38.357	(30.493)	11.379
Total	336.372	251.625	(32.372)	555.625

9.1. ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2023.....	200.910
2024.....	218.650
2025.....	135.817
2026.....	57
Após 2026.....	191
Total	555.625

Neste estudo foi considerado a alíquota de imposto que vigorará em cada exercício futuro.

9.2. CONCILIAÇÃO DA DESPESA DE IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL).....	1.141	29.458	162.193	371.946
(-) Participações nos lucros antes do IRPJ e da CSLL após participações nos resultados (A).....	(4.479)	18.554	156.691	360.416
Alíquota vigente (i).....	40%	40%	40%	40%
Imposto de renda e contribuição social (a taxa nominal) (B).....	1.792	(7.422)	(62.676)	(144.166)
Incentivos fiscais.....	4.259	4.407	4.545	4.899
Inovação tecnológica.....	13.956	13.981	5.950	8.808
Equivalência patrimonial.....	2.442	(1.672)	—	—
Juros sobre o capital próprio.....	30.174	30.174	18.883	18.883
Majoração alíquota CSLL (i).....	(1.315)	(1.315)	(14.889)	(14.889)
Outros.....	(391)	(638)	(4.376)	(5.000)
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C).....	49.125	44.937	10.113	12.701
Total de imposto de renda e contribuição social (D = B + C).....	50.917	37.515	(52.563)	(131.465)
IRPJ e CSLL correntes.....	(61.793)	(181.703)	(123.955)	(218.889)
IRPJ e CSLL diferidos.....	112.710	219.218	71.392	87.424

(i) Vide nota explicativa 22.2.

10. INVESTIMENTO EM ENTIDADE CONTROLADA EM CONJUNTO

	Saldo em dezembro de 2021	Resultado equivalente patrimonial	Aumento de capital	Identificação de intangíveis	Saldo em dezembro de 2022
ConectCar.....	162.432	(4.181)	27.500	(80.363)	105.388
	162.432	(4.181)	27.500	(80.363)	105.388

(d) CONCENTRAÇÃO DE CRÉDITO

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
1 a 10 maiores devedores.....	42.542	11.931
11 a 60 maiores devedores.....	42.478	29.229
61 a 160 maiores devedores.....	48.572	37.404
Demais devedores.....	14.950.509	12.845.279
Total	15.084.101	12.923.843

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021	
	Provisão 2.682/99	Provisão total (*)	Total da carteira	Provisão total (*)
Amortização (%)	6,67	—	274.819	—
Amortização (%)	20,0	—	10.658.389	69.010
Amortização (%)	—	—	262.823	2.628
Amortização (%)	—	—	606.708	18.201
Amortização (%)	—	—	274.634	27.464
Amortização (%)	—	—	189.370	56.811
Amortização (%)	—	—	140.482	70.241
Amortização (%)	—	—	95.594	66.916
Amortização (%)	—	—	421.024	421.024
Total	1.208.075	1.208.075	12.923.843	732.295
		8,0%		5,7%

11. ATIVOS INTANGÍVEIS

11.1 COMPOSIÇÃO

	Dezembro de 2022		Dezembro de 2021		
	Taxas anuais amortização (%)	Amortização acumulada	Valor líquido	Amortização acumulada	Valor líquido
"Software"	20,0	44.245 (14.133)	30.112 22.758 (12.884)	—	9.874
		44.245 (14.133)	30.112 22.758 (12.884)	—	9.874
Marca	—	34.488	—	—	—
Parceria	—	1.900	—	—	—
Ágio	—	43.974 (12.313)	31.661	—	—
Comparações de negócios - Conectcar (i)		80.362 (12.313)	68.049	—	—
		124.607 (26.446)	98.161 22.758 (12.884)	—	9.874

(i) Vide Nota 1

11.2 MOVIMENTO

	Movimentações				Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Aquisições	Despesas de amortização	Outros/transferências	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2021	Saldo líquido em 31 de dezembro de 2022
"Software"	9.874	21.487 (1.249)	—	—	30.112	30.112
	9.874	21.487 (1.249)	—	—	30.112	30.112
Marca	—	34.488	—	—	—	34.488
Parceria	—	1.900	—	—	—	1.900
Ágio	—	43.974 (12.313)	—	—	—	31.661
Comparações de negócios - Conectcar	—	80.362 (12.313)	—	—	68.049	68.049
	9.874	101.849 (13.562)	—	—	98.161	98.161

12. DEPÓSITOS, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

	Até 3 meses	De 4 a 12 meses	De 13 a 24 meses	Acima de 24 meses	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Recursos de letras financeiras (i).....	254.075	172.739	1.762.090	1.483.486	3.672.390	2.401.697
Depósitos a prazo com garantia especial - DPGE.....	6.273	45.108	29	—	51.410	383.457
Depósitos interfinanceiros - DI.....	—	—	—	—	—	568.632
Total	260.348	217.847	1.762.119	1.483.486	3.723.800	3.353.786
Circulante.....	—	—	—	—	1.045.018	1.434.944
Não circulante.....	—	—	—	—	2.678.782	1.918.842

(i) Captação de recursos remunerados ao CDI.

Os passivos de captação de recursos e obrigações por empréstimos avaliados a valor justo são classificados como "Nível 2" na hierarquia de valor justo.

13. TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

Referem-se a valores a pagar a estabelecimentos filiados decorrentes de operações com cartões de crédito.

14. OUTRAS OBRIGAÇÕES

14.1. SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS

Referem-se substancialmente à participação nos lucros dos funcionários a pagar.

14.2. FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Imposto de renda.....	12.791	52.192
Contribuição social.....	26.155	53.307
Cofins.....	11.709	9.149
Pis.....	1.991	1.543
Outros.....	5.900	4.030
Total	58.546	120.221

14.3. PROVISÃO PARA PAGAMENTOS A EFETUAR

Referem-se, principalmente a encargos trabalhistas, valores a pagar a sociedades ligadas, comissões e despesas administrativas diversas. O aumento deve-se substancialmente a provisão de contrato de patrocínio da F1.

14.4. PROVISÕES JUDICIAIS

14.4.1. PROVÁVEIS

	Fiscais (i)	Trabalhistas	Cíveis	Total
A Instituição é parte envolvida em processos judiciais, de natureza fiscal, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião de seu departamento jurídico e de seus consultores legais externos. Contudo, existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final dessas saídas. As movimentações estão demonstradas a seguir:				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	36.823	655	4.089	41.567
Constituições.....	1.252	177	4.952	6.381
Êxitos/reversões.....	(187)	(122)	(2.241)	(2.550)
Pagamentos.....	—	(3)	(2.538)	(2.541)
Atualização monetária.....	3.797	65	574	4.435
Saldo em 31 de dezembro de 2022	41.685	772	4.836	47.293
Quantidade de processos.....	2	38	2.127	2.167

(i) Fiscais

A Instituição questiona, no âmbito fiscal, a exigência de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre receitas de juros moratórios, na vigência do Código Civil de 2002, o saldo da provisão é de R\$ 40.596 em 31 de dezembro de 2022 (de R\$ 36.823 em 31 de dezembro de 2021). Além disso, pleiteia-se o reconhecimento do direito de compensar, com tributos federais, os créditos relativos a IRPJ e CSLL, pagos nos cinco anos anteriores à impetração do mandado de segurança e durante o curso do respectivo processo. Há decisão favorável, sendo que atualmente aguarda-se julgamento de recurso impetrado pela União.

14.4.2. POSSÍVEIS

Além das provisões registradas contabilmente, existem passivos contingentes, cuja as perdas são consideradas possíveis não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Instituição pelo desfecho destas ações.

A Instituição é parte em ações trabalhistas e cíveis, no montante em riscos de R\$ 1.441 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.154 em dezembro de 2021). Adicionalmente, a Instituição é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificadas com perda possível, não são provisionadas. O risco total estimado dessas ações totaliza R\$ 7.683 (R\$ 4.661 de possível impacto no lucro líquido).

14.5. DIVERSAS

	Dezembro de 2022	Dezembro de 2021
Operações com cartão de crédito.....	2.262.213	1.729.134
Programa de incentivo - cartão de crédito.....	108.085	91.229
Outras.....	11.218	5.655
Total	2.381.516	1.826.018
Circulante.....	2.380.332	1.825.088
Não circulante.....	1.184	930

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) CAPITAL SOCIAL

Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado é de R\$ 654.177 (R\$ 550.000 em dezembro de 2021) dividido em 16.675.720 (15.217.403 em dezembro de 2021) (unidades) ações ordinárias nominativas sem valor nominal.

(b) RESERVA DE LUCROS

(i) Reserva Legal

A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei das Sociedades Anônimas.

(ii) Reserva Estatutária

Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva

Portoseg S.A. – Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ/MF nº 04.862.600/0001-10

Sede: Alameda Barão de Piracicaba, 740 – Torre B – 4º andar – Campos Elíseos – CEP: 01216-012 – São Paulo – SP



★ continuação

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Portoseg Ativo		Portoseg Passivo	
	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2022
Porto Consórcio.....	24	8	-	-
Porto Cia.....	-	-	1.433.550	981.466
	24	8	1.433.550	981.466
	Receitas		Despesas	
	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2021	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Porto Seguro Cia.....	8.533	7.299	(160.927)	(109.221)
Consórcio.....	664	23	-	-
Portopar.....	23	-	(592)	(903)
Proteção e Monitoramento.....	17	-	-	-
Porto Investimentos.....	-	-	(445)	(329)
Azul Seguros.....	4.711	4.280	-	-
Porto Capitalização.....	127	-	-	-
Crediporto.....	-	-	(42.821)	(62.421)
Itaú Unibanco.....	-	-	-	(59.133)
Mobitech Locadora de Veículos.....	569	630	-	-
Porto Seguro Serviços e Comércio.....	173	-	(262)	(768)
Porto Atendimento.....	-	-	(74.911)	(65.985)
Porto Assistência.....	445	-	-	-
Porto Saúde.....	-	-	(3.261)	(2.139)
	15.263	12.232	(283.219)	(300.899)

22. RESULTADO POR AÇÃO

O lucro por ação básico da Instituição é calculado pela divisão do lucro atribuível aos acionistas pela quantidade de ações emitidas durante o período.

A Instituição não dispõe de instrumentos financeiros conversíveis em ações próprias ou transações que gerassem efeito dilutivo ou anti dilutivo sobre o lucro por ação do período. Dessa forma, o lucro por ação básico que foi apurado para o período é igual ao lucro por ação diluído. O lucro por ação é demonstrado a seguir:

	2º Semestre de 2022	Dezembro de 2022	2º Semestre de 2021	Dezembro de 2021
Lucro atribuível aos acionistas da Instituição.....	46.438	56.069	104.128	228.951
Quantidade de ações.....	16.676	16.676	15.217	15.217
Lucro básico e diluído (R\$).....	2,78472	3,36226	6,84287	15,04574

23. OUTRAS INFORMAÇÕES

23.1. CONCLUSÃO PPA (“PURCHASE PRICE ALLOCATION”) - CONECTCAR

Em julho de 2022 foi finalizado o laudo de avaliação de PPA (“Purchase Price Allocation”), elaborado por consultores independentes da controlada em conjunto ConectCar. Não houve evolução nos efeitos da transação que impactem o resultado.

23.2. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.115 DE 28 DE ABRIL DE 2022

Em 28 de abril de 2022 foi aprovada a Medida Provisória nº 1.115, que entrou em vigor em 1º de agosto de 2022 com aplicação até 31 de dezembro de 2022, a alteração da alíquota de CSLL de 15% para 16% sobre o lucro das empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, entre outras.

23.3. RESULTADO NÃO RECORRENTE

Não houve nos exercícios de 2022 e 2021, resultados não recorrentes com necessidade de divulgação de forma segregada.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

CELSO DAMADI
Diretor Vice-Presidente Financeiro,
Controladoria e Investimentos

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Vice-Presidente Corporativo e Institucional

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
CEO - Negócios Financeiros

ADRIANA PEREIRA CARVALHO SIMÕES
Diretora Jurídica e Riscos

RAFAEL VENEZIANI KOZMA
Diretor de Controladoria

ADRIANO ARRUDA DE OLIVEIRA
Diretor de Negócio

NELSON SANTOS AGUIAR
Diretor de Negócio

PAULO HENRIQUE GALLEGUILLOS CALDERON
Diretor de Negócio

RICARDO KAORU INADA
Diretor de Negócio

JOSÉ JÚLIO CARVALHO DE MELO
Diretor

TIAGO VIOLIN
Diretor

DANIELE GOMES YOSHIDA - Contadora - CRC 1SP 255783/O-1

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Diretores e Acionistas
Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento
São Paulo

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento (“Instituição”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Portoseg S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação ao Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Instituição.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 2.6, 3.1 e 7 (e) e (f), a Instituição classifica o nível de risco das operações de crédito, no montante de R\$ 1.208.075 mil, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada, as garantias atreladas, os atrasos e o histórico de renegociações, conforme os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682, bem como adota modelo interno de provisionamento de risco baseada em várias premissas e fatores internos e externos, cujo objetivo é identificar antecipadamente a deterioração das operações de crédito. Consideramos essa provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância dos montantes, e pelo fato da classificação de nível de risco dos clientes, da avaliação das garantias e do cenário econômico atual e prospectivo, envolverem julgamento por parte da diretoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimentos dos controles relevantes desenvolvidos pela Instituição relacionados ao modelo de premissas adotadas pela administração para o provisionamento das perdas esperadas com operações de crédito e testes de sua efetividade; (ii) análise das garantias e monitoramento das transações renegociadas feitas pela administração; (iii) análise da avaliação econômica e financeira realizada pela Instituição no momento de classificação de nível de risco dos clientes, por meio de uma amostra selecionada para teste; (iv) recálculo da provisão para perdas associadas ao risco de crédito com base nos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682 e premissas adotadas

pela administração no seu modelo interno; (v) reconciliação dos registros contábeis com os controles operacionais e (vi) análise das divulgações realizadas pela administração nas demonstrações contábeis da Instituição.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas associadas à provisão adotadas pela diretoria, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 2.6, 3.1 e 7 (e) e (f), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Ambiente de tecnologia da informação

A Instituição é dependente de estrutura de tecnologia para registro e processamento de transações de suas operações e, conseqüentemente, elaboração das demonstrações financeiras.

Para a operacionalização de seus negócios, são utilizados diversos sistemas aplicativos para o registro e processamento de informações em complexo ambiente tecnológico, requerendo relevantes investimentos em ferramentas, processos e controles para a adequada manutenção e desenvolvimento de sistemas de segurança. Uma vez que a avaliação da efetividade dos controles é determinante no processo de auditoria para a definição da abordagem pretendida necessária, tal avaliação foi considerada uma área de foco em nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu o assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o envolvimento de nossos auditores especialistas em ambientes de tecnologia para nos auxiliar na avaliação de riscos significativos relacionados ao tema, bem como na execução de procedimentos para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto das demonstrações financeiras, com foco nos processos de gestão de mudanças, concessão e revisão de acessos a sistemas. Também realizamos procedimentos para avaliar o desenho e a efetividade de controles do ambiente de tecnologia da informação considerados relevantes e que suportam os principais processos de negócio e os registros contábeis das transações da Instituição. Por fim, realizamos testes para avaliar os processos de gerenciamento de acessos, gerenciamento de mudanças e operações de tecnologia dos sistemas ligados às rotinas contábeis consideradas relevantes.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, nossos testes sobre o desenho e operação dos controles gerais de tecnologia da informação considerados relevantes para os procedimentos de auditoria efetuados forneceram base para que pudéssemos continuar com a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

Outros assuntos

As demonstrações financeiras da Instituição para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório, em 22 de fevereiro de 2022, respectivamente, com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base

contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 23 de fevereiro de 2023



ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC-SP034519/O-1
Patricia di Paula da Silva Paz
Sócia - Contadora CRC-SP198827/O-1



Founding Partner
Formula 1 Rolex
Grande Prêmio de São Paulo 2023

Um cartão de crédito feito com partes de carro de Fórmula 1.



Escolha o seu!

O pedido do cartão está sujeito à análise de crédito.
PORTOSEG S.A. CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO. CNPJ Nº 04.862.600/0001-10.



Esta publicação é certificada pelo Estadão, e foi publicada na página de Relação com o Investidor, o Estadão RI. Sua autenticidade pode ser conferida no QR Code ao lado ou pelo site: <https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/>